

Sociólogo, Filósofo, Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Doutor em Sociologia pela UnB (Universidade de Brasília).

O moralismo é uma prática/concepção comum. Ele é praticado pelo moralista. O moralista é aquele indivíduo que se move não por princípios éticos mas sim a partir de uma moral. Ética e moral são coisas distintas. A ética, tal como definimos em outro lugar, é um modo de ser, no qual há uma coerência entre os valores fundamentais do indivíduo e sua prática cotidiana. A moral, ao contrário, é um conjunto de normas produzidas de forma exterior aos indivíduos, é imposta pela sociedade ao indivíduo (VIANA, 2000). Por isso, ela é pouco praticada embora seja muito propagandeada, gerando quase sempre uma contradição entre discurso e prática. Muitos pregam a moral mas não a praticam. A moral é geralmente, devido a isto, conservadora.

O moralista é uma pessoa que segue cegamente (e discursivamente) a moral e exige que todas as pessoas sigam os mesmos passos. Ivan Illich, se referindo à relação entre escola e valores, afirmou o seguinte:

“as pessoas que se submetem ao padrão dos outros para medir seu crescimento pessoal próprio, cedo aplicarão a mesma pauta a si próprios. Não mais precisarão ser colocadas em seu lugar, elas mesmas se colocarão nos caminhos indicados; tanto se espremerão até caberem no nicho que lhes foi ensinado a procurar e, neste mesmo processo, colocarão seus companheiros também em seus lugares, até que tudo e todos estejam acomodados” (ILLICH, 1979).

O moralista é um conservador, um defensor das normas sociais estabelecidas. Por ter posse da moral, ele se torna um pregador, parecendo um religioso, que passa a se

considerar uma espécie de juiz, um Deus, que tem o direito de julgar todos a partir do cânone abstrato composto pelas normas de sua moral. O seu conservadorismo é derivado de sua moral e esta pode ser conservadora ou progressista, pode ser hegemônica ou marginal.

O que interessa ao moralista é julgar e condenar aqueles que atentam contra a moral. A preocupação fundamental é julgar e o parâmetro é o cânone abstrato da moral. Uma vez identificado um ato condenável pelo moralista, se busca descobrir a motivação, que é concebida, *a priori*, como sendo tão condenável quanto o referido ato. Assim, o moralista passa a condenar determinado ato e também sua motivação. A descoberta da motivação se dá através de uma espécie de projeção, no qual o moralista faz conjecturas sobre por qual motivo ele faria o ato condenável em questão. Por exemplo, se se trata de um assassinato, o moralista conjectura o que o faria ele cometer tal ato. Poderia ser ciúme, ódio ou vingança. Após isto, ele faz algumas observações superficiais sobre o indivíduo e/ou a situação que antecedeu o ato para descobrir a suposta motivação e se apegua dogmaticamente a esta “descoberta”. Assim, o moralista passa a condenar o indivíduo que cometeu o ato condenável por dois motivos: 1) pelo ato em si; e 2) por sua motivação, ambas condenáveis pelo seu cânone abstrato. Não interessa ao moralista se está cometendo injustiças, também não lhe interessa fazer uma análise mais rigorosa e aprofundada, nem pesquisar ou obter informações, nem analisar o contexto ou o indivíduo concreto. Para ele basta o seu inseparável cânone abstrato e o ato de julgamento e condenação. Assim, a gênese social do indivíduo e do seu ato não interessa ao moralista, pois o que importa é a moral e a imoralidade, o julgamento e o direito de julgar por parte do moralista. A concepção política também não lhe interessa, pelo menos aparentemente, pois em alguns casos o moralismo vem apenas para esconder divergências políticas e o conservadorismo do moralista.

Para o moralista, se uma pessoa xingar outra é um ato imoral, então ele é condenado, independentemente da situação social e das motivações reais. Não interessa se foi o condenado que xingou o carrasco ou se foi o contrário, pois para ele tanto faz. O

moralista move seu pensamento num espaço associal, possuindo uma estrutura semirreligiosa, maniqueísta, trabalhando com oposições abstratas entre o bem e o mal, o certo e o errado, obviamente sem discutir os fundamentos desta delimitação normativa, pois a moral não precisa se fundamentar, ela é *o fundamento* (seja aparente ou real).

O moralista pode utilizar vários subterfúgios para construir seu julgamento e condenação. Pode, por exemplo, criar histórias fictícias que se contradizem a si mesmas ou que contradizem as informações reais que ele tem do condenado. Estas histórias fictícias, que podem estar em total contradição com a realidade concreta, servem para dar a aparência de verdade e credibilidade ao julgamento, serve para criar semelhanças onde existem diferenças e assim criar confusão ao invés de elucidação.

O moralista, com sua mania de julgar, muitas vezes acaba ultrapassando o julgamento moral e acaba adentrando ao julgamento intelectual. No entanto, a forma permanece moralista, pois ao invés de seguir a lógica do trabalho intelectual, segue o mesmo processo moralista. E é aqui que o moralista se torna mais irritante. Ele ganharia mais se ficasse apenas na frivolidade de seu moralismo. Por isso mistura muitas afirmações não-fundamentadas, seguindo a lógica moralista, mas contrariando a lógica do trabalho intelectual. Também faz afirmações contraditórias e utiliza frases de outros (reais ou fictícias) para reforçar seu julgamento. Também pode, para legitimar o julgamento intelectual, lançar mão de uma epistemologia pobre, e apenas citada, nunca fundamentada. Este procedimento pode ser complementado por comparações sem sentido, tal como utilizar críticas de um autor ao funcionalismo e aplicá-la a um marxista... Também pode se declarar o modelo de intelectual a ser seguido e tudo que o condenado tem de oposto é passível de julgamento e condenação. Pode até mesmo transformar seus defeitos em virtudes a serem seguidas.

O moralista condena o outro não percebendo que, no fundo, condena a si mesmo. Ele utiliza uma espécie de reducionismo ao projetar suas motivações nos outros. Um academicista, por exemplo, interpretará tudo pela ótica do academicismo. Um moralista academicista, por sua vez, mesmo que citando textos pseudocientíficos (e

igualmente moralistas) ou que realizam o processo de isolamento fantástico de determinadas relações sociais, realizará o duplo processo de moralizar e academicizar qualquer questão.

O moralista cai em contradição, comete injustiças e utiliza procedimentos condenáveis até pelos seus próprios critérios moralistas. Isto tudo não interessa, pois ele tem, não se sabe por qual motivação real (se conservadorismo puro, divergências políticas, fetichismo profissional, mascaramento de suas próprias limitações intelectuais, ou qualquer outro motivo), que dar “lições de moral”. Na sociedade capitalista – competitiva e conflituosa – todo indivíduo lança mão de alguma “qualidade” para poder competir (a força, a inteligência, os diplomas, a beleza, a honestidade, a injustiça, a experiência, a religião, etc.). O moralista lança mão da moral. Como diz o ditado popular, “quem não tem cão, caça com gato”. Deixemos, então, os moralistas caçarem com seus gatos...

## Referências

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem Escolas*. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1979.

VIANA, Nildo. *A Filosofia e sua Sombra*. Goiânia, Edições Germinal, 2000.